

# OS PCNs E O ENSINO DA LINGUA INGLESA NO ENSINO FUNDAMENTAL

*Taynara Montrezol de Souza<sup>1</sup>*  
*Marco Antônio de Oliveira Gomes<sup>2</sup>*

## RESUMO

O presente artigo, fruto de uma pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso, no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, tem como objetivo apresentar discussões que perpassam as temáticas do Ensino de Língua Inglesa no Ensino Fundamental na educação brasileira, seus aspectos históricos, suas possibilidades e limitações. Trata-se de um estudo bibliográfico-documental, no qual se realizou um breve levantamento histórico acerca da inserção desse ensino no Brasil. Na abordagem documental foi priorizada análise dos PCNs (1998), especificamente, o Livro - 5ª a 8ª para a Língua Estrangeira, tendo em vista que este apresenta orientações específicas relacionadas ao Ensino da Língua Inglesa. Por meio do estudo conclui-se que devemos pensar em mudanças mais concretas em relação a esse ensino, pois, seus problemas abrangem desde a estrutura das salas de aula à formação dos profissionais.

**Palavras chave:** Educação. Ensino Fundamental. PCNs. Língua Inglesa.

## ABSTRACT

This article, the result of a research developed as a Course Completion Work, in the Pedagogy course of the State University of Maringá, aims to present discussions that cross the themes of English Language Teaching in Primary Education in Brazilian education, its historical aspects, its possibilities and limitations. This is a bibliographic-documentary study, in which a brief historical survey was carried out on the insertion of this teaching in Brazil. In the documentary approach, the analysis of the PCNs (1998), specifically the 5th to 8th book for the Foreign Language was prioritized, considering that this one presents specific orientations related to the Teaching of the English Language. Through the study it is concluded that we must think of more concrete changes in relation to this teaching, since its problems range from the structure of classrooms to the training of professionals.

**Keywords:** Education. Elementary School. PCNs. English Language.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá

<sup>2</sup> Professor Doutor Marco Antônio de Oliveira Gomes do Departamento de Fundamentos da Educação do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Maringá.

## INTRODUÇÃO

Na atualidade a língua inglesa está presente em múltiplos espaços e formas. Esse idioma pode ser encontrado nos mais diversos contextos e em diferentes suportes. Nas escolas, Universidades e Centros Educacionais, de maneira geral, o encontramos por meio de textos científicos, livros e artigos; nos meios de comunicação através das músicas, propagandas, séries e filmes; e no âmbito do mercado de trabalho quando buscamos uma expansão na formação pessoal e cultural.

Quando analisamos a literatura científica que discute o ensino da língua inglesa nas escolas, verifica-se a grande distância entre o que é proclamado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), de 1998, e a realidade concreta marcada por equívocos metodológicos, precárias condições de trabalho dos professores, além de outros fatores que resultam em práticas ineficientes.

Considerando o exposto, o objetivo deste trabalho é analisar os fatores que contribuem para a constituição de dificuldades e barreiras para o ensino e aprendizagem deste idioma no Ensino Fundamental. Como decorrência da proposta, faz-se necessário analisar as orientações que constam nos PCNs sobre ensino da língua inglesa primeiro ciclo do fundamental.

Diante do problema do objetivo colocado, essa pesquisa se fez por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental para o levantamento das evidências que auxiliem a compreensão do problema.

[...] elaborada com base em material já publicado [...] esta modalidade de pesquisa inclui material impresso [...] livros, revistas, teses, dissertações de anais e eventos científicos [...] estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes [...] bem como material disponibilizados na Internet. (GIL, 2010, p. 29)

A partir do material levantado é possível realizar a análise com base na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural desenvolvida pelo psicólogo russo Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934), entende-se que a linguagem é componente histórico-social e cultural promotor de aprendizagens e significa um salto qualitativo no que se refere ao desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores (FPS) específicas dos seres humanos, assim entendemos que,

[...] o pensamento e a fala passam por várias mudanças no percurso de vida do indivíduo. Apesar de terem origens diferentes e se desenvolverem de modo independente, tornam-se interdependentes graças a inserção da criança no mundo cultural, dando origem ao modo de funcionamento psicológico mais elaborado próprio dos seres humanos (BUOSI, 2009, p. 20).

Dessa maneira, ao nos aproximarmos da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky, compreendemos que o ensino de Língua Inglesa no Ensino fundamental, apresenta-se como possibilidades de aprendizagens que mediada de forma satisfatória poderá contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento das crianças.

Como indica Vygotsky (2007) atuando na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) das crianças, de modo a possibilitar que elas alcancem um Novo Nível de Desenvolvimento Real (NDR), num movimento dialético que deve proporcionar inúmeras aprendizagens e, por conseguinte, desenvolvimento.

Para alcançar os objetivos propostos, o caminho metodológico para realização do trabalho, se deu da seguinte maneira: Primeiramente, foi realizada uma pesquisa preliminar que nos permitiu conhecer melhor o objeto em questão, e possibilitou a construção de um panorama histórico acerca do ensino de Língua Inglesa nas escolas de Ensino Fundamental no Brasil. Para tanto, nos debruçamos sobre teóricos que discutem essa temática, bem como a legislação que orienta essas práticas com intuito de compreender quais são as propostas formativas para os profissionais que estarão imersos no ambiente escolar com esse público específico. No segundo momento, foi realizada a análise do PCNs 5ª a 8ª para a Língua Estrangeira, no qual buscamos identificar o que este pode oferecer aos professores e as escolas, em termos de orientação; o que o documento prevê para esse tipo de ensino; qual o contexto da escola pública no momento que ele foi elaborado.

Para Gil (2010) toda pesquisa científica pressupõe *a priori* uma investigação bibliográfica. Além disso, concordamos com o autor quando afirma que a pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da história, isso justifica nossas escolhas metodológicas.

A pesquisa justifica-se à medida que fica evidente a necessidade de desenvolvermos estudos correlatos a essa temática, tendo em vista que,

compreendemos a escola como espaço histórico-social que deveria ofertar para as crianças e jovens um ensino amplo e integral, para o trabalho nesse nível de ensino e que assegure a elas possibilidades de um futuro promissor e de enriquecimento cultural. Vale ressaltar que o ensino das línguas estrangeiras e, em especial a inglesa, tal qual é previsto pelos PCNs, não produz os resultados desejados com a legislação em vigor.

Para fins de sistematização, o artigo encontra-se dividido da seguinte maneira: num primeiro momento, apresenta-se o contexto histórico de inserção da Língua Inglesa no Brasil. E no tópico “Os Fundamentos dos PCNs”, explicita-se a configuração dos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs (1995) e os pressupostos apresentados nele para o ensino de Língua Inglesa. Por fim, apresentam-se as considerações finais com base nos estudos desenvolvidos até o momento.

## **1 Breve apontamento histórico para a compreensão da inserção da Língua Inglesa na educação escolar no Brasil**

Com a fuga da Família Real portuguesa para o Brasil em 1808, verifica-se algumas mudanças no panorama da educação escolar no Brasil. Ainda que não fossem significativas o suficiente para romper com o passado colonial, foram criados cursos para atender as demandas criadas com a chegada dos nobres ao Rio de Janeiro.

Com o propósito de formar homens qualificados para a nova realidade, fazia-se necessário formar engenheiros, civis e militares, médicos e advogados. Note-se que isso não se tratava da democratização da educação brasileira. Afinal, a escolarização continuava privilégio das elites por aqui. Nesse cenário, foram instituídas por Dom João VI as primeiras cadeiras de língua estrangeira em nossas terras em 1809. O propósito era atender as demandas oriundas da abertura dos portos em 1808, que atendia principalmente ao comércio com a Inglaterra.

A proeminência no ensino das línguas incidia fundamentalmente sobre o aprendizado das regras gramaticais e do acervo de palavras das línguas inglesa e francesa, além do conhecimento dos padrões culturais referentes a essas línguas.

Vale ressaltar que o Colégio Pedro II, ainda no período imperial (1822-1889), iniciou a obrigatoriedade da língua inglesa como disciplina.

A Reforma Francisco Campos, de 1931, trouxe consigo a redução da carga horária do Latim, dando maior prioridade ao ensino do inglês e de outras línguas modernas, com uma nova proposta metodológica. Segundo Leffa (1999) neste período iniciava-se no Brasil o que já havia sido introduzido na França desde 1901; encaminhamentos metodológicos para o ensino de línguas modernas por meio do método direto, que nada mais era, que o ensino da língua pela própria; essa mudança consistia na imersão do aluno na língua por meio de vocabulário mais cotidiano. Outra reforma que merece ser citada aqui que reconheceu de alguma forma o ensino da língua inglesa foi a Capanema de 1942, que garantia 35 horas semanais para línguas estrangeiras, a fim de desenvolver as quatro habilidades, de forma mais cultural e educativa.

Desde o período imperial, a educação no Brasil passou por inúmeras reformas. Não é o caso aqui de lembrá-las, mas é importante pontuar que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4.024 de 1961 e a Lei nº 5.692 de 1971 não incluíram as línguas estrangeiras como disciplinas obrigatórias. Nesse sentido, coube aos conselhos estaduais de educação a decisão da inclusão ou não nos currículos escolares.

Somente com a promulgação da LDB nº 9.394, em 1996, tornou-se obrigatória a inclusão de uma língua estrangeira, conforme o parágrafo 5, artigo 26:

Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição (BRASIL, 1996).

Já no Ensino médio, a Lei estabelece em seu Artigo 36, inciso III:

Será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição (BRASIL, 1996).

Apesar da obrigatoriedade da inclusão da disciplina de língua estrangeira no Brasil, especialmente a língua inglesa, nem sempre isso significou a aprendizagem efetiva. Infelizmente, a escolarização ofertada ao grande segmento dos filhos da classe trabalhadora legitima as desigualdades sociais, esvaziando os conteúdos, incluindo a língua estrangeira.

Nesse sentido, não se pode deixar de reconhecer que uma parte considerável das escolas públicas trazem as marcas da desigualdade social de um país profundamente dividido. Assim, verifica-se uma série de questões oriundas da formação de professores fragilizada por pedagogias relativistas e sem fundamentação teórica, falta de investimento adequado na estrutura escolar, descontinuidade das políticas públicas, excesso de alunos por turma, etc. Acrescentem-se também os problemas de ordem familiar e o baixo nível socioeconômico que impedem que muitas famílias tenham condições de ofertar oportunidades de experiências que possam auxiliar na aprendizagem de seus filhos.

[...] a desigual distribuição, entre as diferentes classes sociais, do capital linguístico escolarmente rentável constitui uma das mediações mais bem dissimuladas pelas quais se instaura a relação entre origem social e o êxito escolar. (BOURDIEU et al., 1968 apud SOARES, 2008, p. 62).

Nesses termos, o ensino de língua estrangeira no Brasil e, especificamente o inglês, expressa a brutal desigualdade social e cultural construída historicamente. Inúmeras evidências demonstram esse fato: a reduzida carga horária destinada nas escolas públicas, a falta de professores formados na área, entre outras dificuldades. Não se deve esquecer igualmente que o ensino de inglês figura a tempos em um papel menor na composição do currículo nas escolas. No geral, o número de aulas por sala é reduzido o que impossibilita um trabalho razoável.

Porém, apesar das questões levantadas, faz-se necessário buscar sua superação por meio do questionamento da ordem material que asfixia o trabalho docente, assim como os problemas de ordem didático-pedagógica que afetam o processo de ensino aprendizagem.

## **2 Os fundamentos dos PCNs**

Não são novidades as discussões realizadas no âmbito acadêmico em torno dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Longe de apontar uma alternativa viável, o documento produzido pelo Ministério da Educação (MEC) afirma que “somente uma pequena parcela da população tem a oportunidade de

utilizar línguas estrangeiras como instrumento de comunicação oral” (MEC, 1998, p. 20).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são um conjunto de documentos de caráter orientador, elaborados em Brasília no ano de 1995, pelo MEC. São 10 volumes, divididos da seguinte maneira: introdução; seis documentos voltados para áreas específicas do conhecimento: Matemática, Língua Portuguesa, história, Geografia, Ciências Naturais, Artes e Educação Física; e três volumes que se compõe de seis documentos em Temas Transversais e o documento Ética, documentos de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual e os de Meio Ambiente e Saúde.

Os PCNs são documentos norteadores de acesso público por meio do site do MEC, os quais podem ser consultados pelos profissionais da educação para subsidiar suas atuações pedagógicas, esses foram pensados a partir da necessidade de se elaborarem padrões para o processo de ensino e aprendizagem no Brasil.

Esse material tem como objetivo: “apontar metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor dos seus direitos e deveres” (BRASIL, 1998); e ao professor ele se propõe: “ampliar e aprofundar um debate educacional que envolva escolas, pais, governos e sociedade e dê origem a uma transformação positiva no sistema educativo brasileiro” (BRASIL, 1998).

Em função dos objetivos propostos para a realização deste estudo, empreendemos a análise documental do Livro - 5ª a 8ª para a Língua Estrangeira dos PCNs, pois entendemos que esse nos possibilitaria compreender as orientações para atuação docente acerca do Ensino de Língua Inglesa para crianças.

Ao defender a ênfase no ensino de leitura em prejuízo das outras habilidades, o PCN propõe:

Portanto, a leitura atende, por um lado, às necessidades da educação formal, e, por outro, é a habilidade que o aluno pode usar em seu próprio contexto social imediato. (...) Deve-se considerar também o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material didático reduzido ao giz e livro didático etc.) podem inviabilizar o ensino das quatro habilidades

comunicativas. Assim, o foco na leitura pode ser justificado em termos da função social das LEs no país também em termos dos objetivos realizáveis tendo em vista condições existentes (BRASIL, 1998, p. 53)

Causa estranheza que o documento produzido pelo próprio MEC faça o diagnóstico das condições de ensino no Brasil e, ao mesmo tempo, não tenha proposições para sua superação. Como pode-se observar na leitura atenta do documento, justifica-se a opção de valorização da habilidade da leitura por meio do diagnóstico que enxerga a ineficiência do sistema escolar. Assim, as condições precárias de milhares de nossas escolas tornam-se justificativas para um ensino empobrecido para aqueles que frequentam as instituições públicas de ensino. Trata-se de negação do direito inalienável à educação que lhes é assegurado pela Constituição Federal no artigo 205. Em outros termos, em vez de do documento destacar a importância de se instituírem condições mínimas para que a obrigatoriedade do ensino de LE na LDB de 1996 não se torne letra morta, apresenta justificativas para a inadequação de suas propostas.

No Brasil, tomando-se como exceção o caso do espanhol, principalmente nos contextos de fronteiras nacionais, e o de algumas línguas nos espaços das comunidades de imigrantes (polonês, alemão, italiano etc) e de grupos nativos, somente uma pequena parcela da população tem a oportunidade de usar línguas estrangeiras como instrumento de comunicação oral, dentro ou fora do país. Mesmo nos grandes centros, o número de pessoas que utilizam o conhecimento das habilidades orais de uma língua estrangeira em situação de trabalho é relativamente pequeno. Desse modo, considerar o desenvolvimento de habilidades orais como central no ensino de Língua Estrangeira no Brasil não leva em conta o critério de relevância social para a aprendizagem (BRASIL, 1998, p. 20)

Ora, ainda que o documento reconheça as dificuldades, não se enxerga um posicionamento convincente com uma proposta de superação dos obstáculos encontrados pelo docente da língua estrangeira. Tudo se passa por meio de um discurso ilusório de que o conhecimento é acessível a todos, que vivemos na “sociedade do conhecimento” facilitado pelo “barateamento dos meios eletrônicos de comunicação” (BRASIL, 1998, p. 21).

Antes de tudo, é necessário fazer menção a dois pontos importantes para o trabalho do professor: o impacto da tecnologia da informática na sociedade e no ensino e aprendizagem de Língua Estrangeira e a noção de tarefa.

Com relação ao impacto da tecnologia da informática, é necessário atentar para dois aspectos: o acesso às redes de informação possibilitado pelo conhecimento de língua estrangeira e os softwares disponíveis para o ensino de Língua Estrangeira. É inegável que aumenta cada vez mais a possibilidade de acesso às redes de informação do tipo Internet, como também as exigências do mundo do trabalho passam a incluir o domínio do uso dessas redes. O conhecimento de Língua Estrangeira é crucial para se poder participar ativamente dessa sociedade em que, tudo indica, a informatização passará a ter um papel cada vez maior. (BRASIL, 1998, p. 87)

Nesse sentido, o documento expressa o discurso que não encontra fundamentos da realidade como a capacidade para trabalhar de forma criativa com as adversidades presentes no interior da escola, proporcionando aos alunos,

(...) oportunidade de identificar e reconhecer esses conhecimentos e oferecer possibilidades de troca de experiências entre eles, na perspectiva de dar continuidade à construção de novos conhecimentos. Outro aspecto a ser levado em conta consiste em aproveitar o interesse que os alunos mostram em relação à novidade que representa aprender uma língua estrangeira, estimulando-os a trabalhar com autonomia, de forma a poderem identificar suas possibilidades e dificuldades no processo de aprendizagem (BRASIL, 1998, p. 54-55).

Como se vê, não há no documento em nenhum momento a crítica a realidade marcada pela brutal divisão social, mas sim uma proposição de adequação dos indivíduos a realidade social. Não se trata de socializar o conhecimento nem poderia em uma sociedade capitalista. Afinal, como ministrar aulas com um nível de seriedade necessário com salas de aulas lotadas, carência de materiais didáticos e professores trabalhando em duas ou mais escolas? Para além dos questionamentos acima levantados, há que se perguntar como produzir uma prática docente intencional, nas condições materiais contemporâneas, sem a devida preparação e conhecimento metodológico para a transmissão do conteúdo?

Os PCNs não se propõem a responder esses questionamentos. E nem poderia. O docente, tal qual o aluno, são apresentados como aqueles que devem desafiar os obstáculos.

Sobre o tema, Newton Duarte apresenta as seguintes contribuições:

[...] e o discurso sobre a necessidade de formar um indivíduo capaz de constantemente adaptar-se ao mercado de trabalho em constante mutação. Tudo isso articulado à concepção de que estaríamos vivendo numa sociedade onde o insucesso ou o

sucesso de indivíduos, empresas e instituições dependem basicamente da maior ou menor capacidade de buscar conhecimentos e informações com rapidez e saber utilizá-los com criatividade, adaptando-se a novos ritmos e processos, dominando as novas tecnologias e linguagens, em suma, adaptando-se a um novo tipo de sociedade que estaria surgindo, caracterizado por um novo tipo de relações entre conhecimento e trabalho. (DUARTE, 2006, p. 91)

Dessa forma, busca-se justificar o discurso falacioso da superação individual da superação das dificuldades materiais. Trata-se apenas de formar um indivíduo politicamente inofensivo aos ditames do mercado. Por isso, não deve causar estranheza as deficiências presentes na formação de professores, isso quando são formados na área.

No portal “Bem Paraná”, em 12/10/2017<sup>3</sup>, encontramos a seguinte notícia:

Procura-se professores. Tal frase serve para ilustrar a atual situação do magistério. É que diante de um cenário em que as licenciaturas perdem cada vez mais em atratividade para o bacharelado, encontrar um professor com formação específica tem se tornado uma tarefa cada vez mais difícil. Para se ter noção do problema, no Paraná a Secretaria Estadual de Educação, embora afirme não ter falta de professores em sala de aula, por outro lado admite as dificuldades para se encontrar profissionais com formação específica. As disciplinas com maior dificuldade para se encontrar professores são física, **inglês**, sociologia, filosofia e química, além de intérpretes de libras.

Como se vê, não é muito difícil encontrar em escolas públicas com professores de outras áreas ministrando aulas de inglês, sem condições didáticas necessárias ao ensino de idiomas. O cenário é o reflexo de uma crise estrutural que coloca em colapso as bases que balizam o funcionamento da sociedade capitalista. Trata-se de um processo que estrangula as relações econômicas, sociais e políticas, que reflete nas proposições liberais como alternativa de “superação” da crise. Ora, o liberalismo econômico aponta para o enxugamento da “máquina” do Estado e, por consequência, para a omissão no provimento de verbas para a materialização das políticas sociais, incluindo a educação pública.

Nesse sentido, a falta de professores tornou-se uma triste rotina no cotidiano escolar, fato amplamente reconhecido até pela imprensa, tal qual

---

<sup>3</sup> Fonte: < <https://www.bemparana.com.br/noticia/esta-cada-vez-mais-dificil-encontrar-professores-no-parana> >. Acesso em 10/09/2018.

expressa a Gazeta do Povo em manchete "Falta de professores temporários coloca em risco o início do ano letivo no Paraná"<sup>4</sup>.

O início das aulas na data prevista – na próxima segunda-feira – está ameaçado em toda a rede estadual de ensino do Paraná. A uma semana do começo do ano letivo, a Secretaria de Estado da Educação (Seed) ainda não definiu o quadro de docentes para 2015. Os professores temporários nem sequer foram chamados. De quebra, a distribuição das aulas feita em dezembro foi cancelada, afetando a semana pedagógica, na qual diretores e docentes planejam as atividades do ano todo. Diante do atropelo no cronograma, a categoria ameaça uma greve antes mesmo de começarem as aulas.

Nesse aspecto, o ensino da língua inglesa não pode ser desvinculado do que ocorre com outras disciplinas na rede escolar e nem das relações materiais estabelecidas entre os homens. Diante do processo crescente de intensificação e precarização do trabalho docente, seria ingênuo acreditar que o ensino das línguas estrangeiras pudesse ser diferente. Não por acaso, verifica-se a proliferação de escolas de idiomas direcionados fundamentalmente para os filhos de “classe média” com a promessa de abertura de oportunidades no mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

De acordo com o último censo escolar do MEC, o país tem cerca de 40 mil escolas privadas, 21% das 184,1 mil unidades brasileiras. A Abebi estima que, no máximo, 3% dessas particulares (1,2 mil) tenham hoje algum ensino bilíngue. Para comparação, na Argentina, Uruguai e Chile, esse percentual bate nos 8%. O gigantismo do território e da população dificulta a implantação de qualquer projeto nacional brasileiro. Feita a constatação, é fácil perceber que, apenas para chegar aos factíveis 8% dos hermanos, o sistema precisaria incorporar mais duas mil escolas particulares, ou 5% do total. E ainda assim o mercado teria à sua frente um espaço estratosférico de 92% das escolas particulares para explorar.

Diante desse cenário, é fundamental reafirmar que, ainda com todos esses problemas atinentes ao ensino da língua inglesa nas escolas públicas, não podemos ter a ilusão que a questão será resolvida apenas no âmbito de uma disciplina. O problema diz respeito as questões estruturais presentes na educação

---

<sup>4</sup> Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/falta-de-professores-temporarios-coloca-em-risco-o-inicio-do-ano-letivo-no-parana-ejg3zyu918u13qo5b3xefc9qm/> Acesso em 10/09/2018.

que refletem uma sociedade profundamente desigual que destina uma “educação pobre” para os filhos da classe trabalhadora.

Diante das considerações acima, faz-se necessário arrancar do Estado as condições fundamentais para que se garanta a materialização do direito a educação. Não se pode aceitar a negação do direito dos jovens e adolescentes de terem acesso ao conhecimento das línguas estrangeiras.

De tal modo, cabe aos que se colocam em defesa da escola pública compreender sua precarização como um projeto de classe ao mesmo tempo que as lutas em sua defesa não devem ser desvinculadas de um projeto maior de superação das condições materiais que relegam aos filhos da classe trabalhadora apenas o mínimo do mínimo.

### **Considerações**

A defesa da socialização do conhecimento, o que inclui o ensino das línguas estrangeiras é, um aspecto fundamental na luta por uma educação de qualidade. Por isso, é fundamental compreender as condições materiais que ocorre o trabalho pedagógico nas escolas públicas. Não é possível crer em mudanças privando os alunos de acesso aos conteúdos necessários para o domínio das línguas estrangeiras. Assim, qual o caminho para superar as dificuldades do trabalho nas escolas?

Pensar em alternativas marcadas pelo voluntarismo ou pela abnegação do professor não altera o quadro. Há que se pensar em mudanças estruturais na sociedade para mudarmos a escola. Não há como pensar em um quadro qualitativamente superior com escolas funcionando em condições precárias e muito menos sem a superação da ordem social que gera a exclusão material de milhares de trabalhadores.

Por isso, a resolução dos problemas enfrentados no ensino das línguas estrangeiras não pode ser vista de forma isolada. As questões que não afetam apenas a disciplina, mas fundamentalmente a totalidade dos problemas da escola, que por sua vez refletem as contradições de uma sociedade dividida em classes e pela dualidade educacional.

E como podemos aceitar com tanta naturalidade que um conteúdo que é dado na escola, deve ser reensinado em outros espaços? Os PCNs contribuíram

para uma melhoria desse ensino ou apenas justificam a sua defasagem? Por que há, tanta falta de atenção nas escolas públicas para o ensino das línguas estrangeiras? Não podemos ter consciência desses problemas e não os debater, o objetivo de expor essa problemática, buscando uma melhoria significativa para a educação de modo geral, dando a devida importância que as línguas estrangeiras têm nos dias atuais e as consequências que a não obtenção dessa tem na vida de aluno.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília. MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 27/08/2018

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiros e quartos ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira**. Brasília. MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 27/08/2018

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas de teoria vigotskiana – 4º ed. Campinas-SP. Autores Associados, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo-SP. Atlas, 2002.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17º ed. São Paulo-SP. Ática, 2008.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 7º ed. São Paulo-SP. Martins Fontes, 2007.

### Referências online

LEFFA, Vilson J. **O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional**. Contexturas, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/oensle.pdf>. Acesso em: 10/09/2018

Jornal online Bem Paraná. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/esta-cada-vez-mais-dificil-encontrar-professores-no-parana>. Acesso em: 10/09/2018

Jornal online Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/falta-de-professores-temporarios-coloca-em-risco-o-inicio-do-ano-letivo-no-parana-ejg3zyu9l8u13qo5b3xefc9qm/>. Acesso em: 10/09/2018.